

Nota à Terceira Edição *

- O texto que agora se publica (após várias re-impressões da versão anterior) foi escrito em 1994 como texto de apoio a uma lição oral que tive de fazer, sobre um tema de minha escolha, no âmbito das provas públicas destinadas à obtenção do título de agregado.

Trata-se de uma falsa lição. Porque quem a profere não intervém como professor, mas como candidato que está a ser apreciado e julgado por um júri. Porque o ‘professor’ que profere a ‘lição’ não tem diante de si os seus alunos, mas os membros do júri. Porque, exatamente por isso, o ‘professor’ não fala ‘de cátedra’ para os alunos, mas, dentro da Sala dos Capelos (onde decorrem as provas) está sentado num nível abaixo daquele em que se encontram os cadeirais ocupados pelos membros do júri.

Escolhi um tema que me parecia difícil de abordar, consciente de que o modo como pretendia abordá-lo iria agravar essas dificuldades e iria acrescentar alguma polémica. E consciente também de que não seria fácil dar conta, em uma hora, da complexa problemática envolvida, em especial tendo em conta o tipo de ‘alunos’ que iriam ouvi-la a julgá-la. Apesar disso, mantive a escolha inicial. Por duas razões fundamentais.

- Primeira razão: eu tinha a consciência de que, nestas matérias, as minhas ideias divergiam das do Doutor Teixeira Ribeiro. E o muito respeito que lhe devia levou-me a assumir como dever moral o de dar conta dessas divergências, por escrito, em vida do Mestre, para que ninguém me acusasse de cobardia intelectual se o viesse a fazer apenas quando ele já não estivesse entre nós.

O Doutor Teixeira Ribeiro tinha abordado o tema numa lição proferida em 1980 (*Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XXIII), concluindo com uma definição que acolhe, no essencial, os pontos de vista de Lionel Robbins: a Economia Política é “a ciência que estuda as escolhas que se traduzem em trocas de bens ou as afetam” (esclarecendo que as trocas devem entender-se como transmissões voluntárias de bens – bens económicos ou bens escassos – realizadas a título oneroso).

* Prefácio à 3ª edição de *Noção e Objeto da Economia Política*, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

Pouco depois da edição do texto da minha lição, o Doutor Teixeira Ribeiro publicou um ensaio em que criticava as minhas posições no que toca à *objetividade na Economia Política*. Pessoalmente, senti-me muito honrado com este gesto, tanto mais que o texto referido (que depois foi também publicado no *Boletim de Ciências Económicas* (Vol. XXXVIII, 1995) foi escrito para um *Livro de Ensaios em Honra de Manuel Jacinto Nunes*, que o seu Instituto publicou por ocasião da jubilação do Professor Jacinto Nunes, por quem Teixeira Ribeiro nutria grande amizade e consideração.

Teixeira Ribeiro não subscreve o que designa por “normativismo radical de A. J. Avelãs Nunes”, mas eu sei que ele ficou satisfeitíssimo com o êxito que obtive nas provas académicas em que apresentei a ‘lição’ sobre “Noção e Objeto da Economia Política”.

Mais tarde, após a minha tomada de posse como professor catedrático do quadro da FDUC (1995), teve lugar o tradicional “jantar de congratulação”, oferecido pela Faculdade ao novo catedrático, para o qual eram convidados todos os professores catedráticos, incluindo os aposentados e jubilados. O Doutor Teixeira Ribeiro (que se jubilou em 1978) não ia, há anos, aos jantares de congratulação. Mas foi a este, o que muito me encheu de alegria. E, quebrando o protocolo habitual, mal acabou a fala do Diretor da Faculdade, ele pediu licença para usar da palavra. Para me felicitar e para felicitar a Faculdade. Mas, sobretudo, para dizer que se considerava um professor falhado, porque, ao fim de tantos anos de trabalho, não deixava nenhum discípulo, porque nenhum dos que tinham feito carreira universitária sob sua orientação seguiam as suas ideias no âmbito da ciência económica.

A seguir falei eu. Esqueci o ‘improviso preparado’, cumpri os preceitos protocolares e respondi às palavras que acabara de ouvir daquele que tinha sido Professor e Mestre de todos os presentes. Para discordar dele, mais uma vez.

Disse-lhe que eu me considerava seu discípulo e que, se ele não me recusasse esta honra, eu me consideraria seu discípulo para sempre.

E disse-lhe que ele se devia considerar plenamente realizado, como Professor e como Mestre de Professores, porque – estava certo disso – assim o consideravam todos os que tinham tido o privilégio de ter sido seus alunos.

No que me dizia respeito, não esqueceria o testemunho de uma vida exemplar, de homem sério, de trabalhador infatigável, de investigador probo, rigoroso e pioneiro (introduziu a investigação e o ensino da teoria económica em Portugal), de professor competentíssimo, dedicado à Escola e aos alunos.

E não esqueceria o seu exemplo de Mestre incomparável. Porque os Mestres não são os que fazem dos seus colaboradores meros imitadores e repetidores fiéis das ideias (do ‘catecismo’) do Mestre. Mestres são os que transmitem aos seus discípulos os valores do trabalho honrado, da humildade científica, da liberdade de pensamento, lhes reconhecem o direito de pensar pela sua própria cabeça e os ajudam a seguir o seu próprio caminho.

Teixeira Ribeiro foi, a este respeito, o Mestre dos Mestres. Pela parte que me toca, tenho procurado, humildemente, honrar o seu exemplo.

- A segunda razão da escolha do tema da ‘lição’ apresentada nas provas de agregação é de outra natureza.

Por ocasião do meu doutoramento (1984), um dos membros do júri votou a minha reprovação alegando que eu era um “cientista comprometido”, pelo que não tinha lugar na Universidade. Assim mesmo, em maio, dez anos depois de abril.

Segundo as praxes da Casa, eu ‘sabia’ que ele iria ser o arguente da lição de síntese que eu teria de apresentar, nos termos da legislação que então regulava as provas de agregação. Decidi, por isso, escolher um tema que me permitisse deixar claro que eu era mesmo um *cientista comprometido*, para ser julgado como tal. A problemática envolvida na análise do tema *Noção e Objeto da Economia Política* pareceu-me ser, deste ponto de vista, o terreno ideal.

Continuo a subscrever tudo o que então escrevi, mas não me custa reconhecer que poderei ter carregado um pouco o “normativismo radical” de que fala Teixeira Ribeiro, dado o empenho que pus na minha afirmação como *cientista comprometido*. Quem ler este livro verá que não estou sozinho na defesa deste “normativismo radical”. Estava (e estou) confortado por saber que acompanho, a este propósito, vários economistas e professores de Economia de primeiro plano (marxistas e não marxistas).

Cumpriram-se as praxes e o arguente da lição foi mesmo o professor que eu esperava. Furneci-lhe com bastante antecedência o texto que escrevi e que depois viria a ser publicado. Recebi do arguente elogios públicos pela minha ‘lição’. E, votando por voto secreto, o júri aprovou-me por unanimidade. Devo, aliás, dizer aqui que esse mesmo professor, pouco depois de nos termos conhecido pessoalmente e ao longo dos anos, me deu repetidas provas de consideração pessoal e intelectual. Uns anos depois, sendo ele Diretor da Faculdade de Economia de uma universidade privada, convidou-me para proferir uma conferência nessa Faculdade, acrescentando que gostaria que eu fosse falar

sobre *Noção e Objeto da Economia Política*, por ser um tema que ele sabia ser do meu agrado e que ele considerava muito importante. E assim aconteceu.

Considero que a aprovação por unanimidade nas provas de agregação foi um dos pontos mais altos da minha carreira universitária. Mal entrei na Faculdade como assistente, o Doutor Orlando de Carvalho deu-me um conselho: defina o seu próprio estatuto; obrigue-os a aceitá-lo tal como você é, ainda que para isso tenha de pisar os terrenos do adversário. Concluídas as provas, sabia que tinha conseguido aquilo que me propusera desde então: usar plenamente a liberdade de investigar e de ensinar; ocupar o meu lugar na Universidade sem abdicar das minhas ideias.

Não se trata de ‘heroísmo’ da minha parte. Isto só foi possível na Faculdade de Direito de Coimbra, uma Casa que, mesmo nos anos de chumbo do fascismo, sempre procurou afirmar-se como uma Escola plural, uma Casa de Cultura, uma Casa de Liberdade, uma Casa onde o confronto de ideias e a tensão da polémica não excluía o respeito recíproco, uma Casa onde se praticava a “liberdade de aprender e de ensinar” que a Constituição do Portugal Democrático a todos veio garantir.

- É claro que, durante a hora de que dispunha para fazer a exposição oral do tema escolhido, não foi possível desenvolver as matérias ‘preleccionadas’ com a profundidade que ganharam no texto escrito. E não foi fácil o exercício destinado a tornar a ‘lição’ acessível aos estudantes que recebiam a primeira lição de uma disciplina de introdução à Economia Política na Faculdade de Direito de Coimbra, sabendo que os destinatários imediatos da minha exposição eram todos professores catedráticos especialistas em ciências económicas.

O próprio texto escrito refletiu, desde o início, estas circunstâncias. Sofreu agora algumas alterações, mas manteve o essencial da sua estrutura. E a sua origem continua a marcar o tom do texto e o modo de abordar a problemática escolhida para tema da referida ‘lição’.

Uma dessas marcas é visível na ausência de referências diretas para as páginas dos livros e artigos utilizados na preparação do texto. Todas as citações foram extraídas da bibliografia indicada no final. A leitura destes outros textos enriquecerá, naturalmente, os ‘alunos’ interessados.

Coimbra, julho de 2013

António José Avelãs Nunes

